

“O FÓRUM DAS COMUNIDADES DE TERREIRO DO RIO GRANDE DO SUL”: OLHARES ETNOGRÁFICOS SOBRE A PRESENÇA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA ESFERA PÚBLICA

Rodrigo Marques Leistner
rodrigoleess@yahoo.com.br
CAPES / FAPERGS

Pós-Doutor em Ciências Sociais – UNISINOS

Busca-se compreender os mecanismos acionados pelos membros das comunidades afro-gaúchas no processo de legitimação social de suas práticas religiosas. Assim, o trabalho analisa as principais lógicas de ação política empreendidas pelos adeptos destas religiões, observando a configuração dos novos atores sócio-políticos ligados às comunidades de terreiro, em seus propósitos reivindicativos e em suas iniciativas de ocupação de espaços na esfera pública. Em conjunto com uma observação sobre as históricas experiências de conflito que acompanharam o desenvolvimento dessas religiosidades no país, a reflexão aborda as contrapartidas políticas a tais realidades, aqui refletidas através de um empreendimento etnográfico realizado no Fórum das Comunidades de Terreiro do Rio Grande do Sul, grupo de discussão e ações propositivas composto por adeptos do campo afro-gaúcho.

Palavras-chave: religiões afro-brasileiras; negociações da realidade; lógicas de ação política; estratégias de legitimação.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das religiões de matriz africana no Brasil sempre esteve acompanhado por uma série de tensionamentos fomentados por diferentes segmentos da sociedade brasileira, o que por sua vez demandou, da parte dos adeptos dessas práticas, contínuas iniciativas de negociação social na esfera pública. Assim, essas religiões foram ostensivamente reprimidas pelo Estado, vide as constantes batidas policiais efetuadas junto aos templos, em circunstâncias estimuladas ora pela Igreja Católica (Mariz, 2000), ora pelo discurso dos médicos e intelectuais do período pós-escravagista, que não raramente associaram os cultos de matriz africana a perspectivas “patológicas”, passíveis de serem *controladas* pelos serviços de higiene mental do início do século XIX (Corrêa, 1998; Guedes, 1985). Tais realidades ainda receberam por parte da imprensa burguesa não apenas a validação do quadro repressivo, como também a possibilidade de disseminação de um senso comum dotado de representações estigmatizadas (Negrão, 1996). Ainda que fatores como o processo de laicização do Estado e a emergência de uma cultura democrática mais pluralista

tenham atenuado a repressão sobre essas formas religiosas e seus cultores, é fato que muitas daquelas lógicas repressivas não se restringem a um passado remoto, sendo constantemente atualizadas na sociedade contemporânea. Exemplos dessa constatação correspondem a atual perseguição promovida pelos segmentos religiosos pentecostais, bem como as controvérsias suscitadas com os segmentos ambientalistas (em decorrência de traços rituais como a sacralização de animais), em contendas discursivas que continuam a fomentar representações pejorativas e situações concretas de intolerância religiosa em relação aos cultos afro-brasileiros⁴⁰⁹. Realidades como essas suscitam questionamentos tanto sobre as lógicas de atualização dos discursos e práticas repressivas que incidem sobre o universo dos terreiros afro-brasileiros, quanto sobre as possíveis contrapartidas políticas empreendidas pelos adeptos dessas práticas em seus propósitos de negociação da realidade na esfera pública.

No entanto, deve ser destacado que tais possibilidades analíticas não têm sido contempladas de modo satisfatório pela literatura especializada. Por um lado, as análises sobre as atuais experiências de conflito que pairam sobre as comunidades de terreiro são escassas e limitadas a uma observação das contendas endógenas ao campo religioso, cujo objeto de investigação principal concentra-se nos ataques efetuados pelos segmentos pentecostais. Nesse caso, realidades externas ao campo religioso - como os conflitos entre ambientalistas e africanistas - tendem a ser preteridas⁴¹⁰. Por outro lado, o estudo das contrapartidas políticas formuladas pelos membros das comunidades de terreiro, em termos de suas demandas reivindicativas, lógicas de ação política e construções identitárias, não tem recebido atenção desde as análises produzidas pela antropologia brasileira entre as décadas de 1970 e 1980. É devido considerar que os dados disponibilizados naqueles estudos estão balizados em realidades empíricas que concernem às décadas de 1940, 1950 e 1960, período em que se corporificam diversas federações que passaram a mediar as relações entre os templos e a sociedade envolvente, através de lógicas de burocratização da experiência religiosa (intermediação entre as unidades de culto e o aparato estatal) e de parâmetros

⁴⁰⁹ A atual perseguição pentecostal às religiões afro-brasileiras, efetuada, sobretudo, por parte da Igreja Universal do Reino de Deus, é analisada nos trabalhos de Oro (1997) e Silva (2005).

⁴¹⁰ Sobre as contendas engendradas entre o campo afro e os segmentos ambientalistas - motivadas pelas práticas sacrificiais - os poucos dados existentes podem ser consultados em Oro (2005) e Possebon (2007).

identitários fundamentados no “branqueamento” das matrizes africanas (Ortiz, 1978).

Nesse caso, destaque-se que algumas realidades empíricas atuais têm revelado lógicas de ação política muito distantes daquelas noções. Nas atuais articulações do segmento afro-religioso, dentre as quais o Fórum das Comunidades de Terreiro do Rio Grande do Sul projeta-se como exemplo assertivo, observa-se a configuração de coletividades cujas ações se orientam a partir de iniciativas de elaboração de projetos de captação e gestão de recursos governamentais, bem como na possibilidade de participação ativa em canais de discussão e execução de políticas públicas voltadas aos segmentos minoritários. Nessa perspectiva, também podem ser detectados parâmetros identitários orientados por um retorno simbólico ao continente africano, em processos distantes das anteriores lógicas de “branqueamento” (Frigério, 2005; Prandi, 1991).

Os fatores acima arrolados sinalizam uma substancial *dinâmica* inerente às realidades políticas que incidem sobre as religiosidades africanistas. Desse modo, considera-se que uma análise renovada sobre a circulação de bens simbólicos relacionados a estas religiosidades na esfera pública brasileira se demonstra fecunda. Por um lado, tal reflexão propõe observar as possíveis atualizações das experiências de conflito que incidem sobre os adeptos dessas formas religiosas. Noutra viés, busca-se verificar não apenas as lógicas de negociação social empreendidas por seus cultores, mas ainda as dinâmicas que concernem à formação dos atores sociopolíticos ligados ao campo afro-religioso, tanto no que se refere aos novos formatos associativos quanto em relação às construções identitárias que subjazem a tais empreendimentos. Em síntese, trata-se de perceber as diferentes modalidades de diálogo e de inserção dos adeptos das religiões de matriz africana na esfera pública brasileira, com especial atenção às realidades disponíveis no sul brasileiro⁴¹¹.

A REPRESSÃO ÀS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

O histórico de repressão sobre as populações negras na história do país não incide, de

⁴¹¹ Do ponto de vista metodológico, a investigação combinou o trabalho de campo etnográfico com a realização de entrevistas. Os procedimentos etnográficos foram realizados em reuniões e atividades de diferentes entidades federativas e coletividades ligados ao que poderia ser caracterizado como “movimento afro-religioso gaúcho”. Ressalte-se, entretanto, que o principal grupo no qual as observações de campo foram realizadas compreende o Fórum de Comunidades de Terreiro (FORMA – RS), cujas ações podem ser concebidas como as principais iniciativas de negociação social empreendidas por essas comunidades na esfera pública brasileira na atualidade.

modo evidente, somente sobre a *pessoa* negra, mas sobre o conjunto de suas produções simbólicas, numa relação dialética através da qual a desqualificação do homem e de suas práticas vai construindo estereótipos, incorporando-se ao senso comum e assim configurando a condição de uma suposta “inferioridade” (Corrêa, 1998). Os discursos hegemônicos articulados sobre as religiosidades negras constituem um dos elementos centrais desse processo. Norton Corrêa (1998, p. 170) propôs a divisão da análise da repressão ao universo de terreiros a partir de três principais instâncias repressoras: (i) o discurso intelectual; (ii) os ataques dos concorrentes do campo religioso (sobretudo a Igreja Católica e, mais recentemente, o pentecostalismo); (iii) e o Estado. Com base nos trabalhos de Ortiz (1978) e Negrão (1996) seria possível acrescentar uma quarta instância repressora a esse modelo: (iv) o discurso da imprensa. No entanto, a base que permeia as lógicas repressivas constituiu-se no momento em que se iniciam as discussões sobre abolição da escravidão no Brasil, ainda com forte influência das concepções racistas e eugênicas que vigoravam no período.

Ortiz (1985, p. 19) recorda que o período escravocrata compreendeu um momento de silêncio sobre a etnia negra no país. Os intelectuais do romantismo, como José Gonçalves Dias e José de Alencar, preocuparam-se em “fabricar” um modelo de índio civilizado, ignorando completamente a presença africana. A partir da abolição, o negro, então trabalhador livre, será considerado cidadão de segunda categoria, sendo a questão racial definidora do processo social. As influências do positivismo de Comte, do darwinismo social e do evolucionismo de Spencer engendraram, sob um paradigma etnocêntrico, a necessidade explicativa do “defasado estágio civilizatório brasileiro” em comparação com a cultura européia, num arcabouço epistemológico fundamentado nos parâmetros deterministas de “raça” e “meio”, os quais municiaram as concepções de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues (1935). Na visão desses autores, negro e índio constituíam “entraves” para o “progresso” do país, e a solução de tal problemática apontava para um processo de *branqueamento* do mestiço brasileiro, em longo prazo.

Os estudos sobre a religiosidade africanista acompanharam essas perspectivas. Nina Rodrigues (1935) buscará comprovar suas teses observando as expressões religiosas dos negros baianos. Em sua visão, as matrizes cognitivas que fundamentavam a crença do negro

comprovariam sua “inferioridade racial” em comparação com o universo branco-ocidental, capaz de abstrações sofisticadas, como a teologia cristã de base católica. Há nesses argumentos uma diferenciação hierárquica entre diferentes sistemas de representação que são exemplificados na comparação entre as crenças dos “negros fetichistas” e dos brancos “racionais”. Em síntese, o projeto intelectual de Rodrigues consistia em explicar o suposto “atraso mental” das populações negras a partir de suas expressões religiosas, cuja comprovação residiria em construções “deficitárias” como o sincretismo afro-brasileiro.

Arthur Ramos (1946) produziu uma das mais extensas obras sobre as populações negras do país, e seguindo os passos de Nina Rodrigues, estudou a religiosidade daquelas coletividades. Ao contrário de Nina, visa ultrapassar as ideias de “raça” substituindo-as pela categoria “cultura”. Contudo, como argumenta Dantas (1988), não escapa de uma perspectiva evolucionista ao trabalhar com conceitos como “pensamento pré-lógico”. As categorias usadas como operadores conceituais partem das distinções entre racionalidade e pensamento mágico, os quais ainda serão colocados numa perspectiva comparativa e escalonar. Ao contrário de seus antecessores, que promulgavam a necessária estratégia do *branqueamento* da população visando assim resolver os problemas do “atraso da nação”⁴¹², Ramos (1951) anuncia que a solução é possível a partir da educação, artifício fundamental de combate às “crendices” e perspectivas “mágico-religiosas”. Cabe ser destacado que o autor ainda propôs a instalação do *serviço de higiene mental* nas escolas do Rio de Janeiro, bem como atividades de pesquisa nos morros e nas macumbas cariocas, espaços então categorizados como “centros de feitiçaria”. Dessa maneira, o discurso dos intelectuais passava a balizar tanto a repressão exercida pelo Estado, que já atuava a partir da introdução da categoria *feitiço* no código penal brasileiro de 1890 (Maggie, 1992), quanto outra perspectiva repressora: o discurso dos médicos e psicanalistas. Corrêa (1998, p. 170) destaca que enquanto os intelectuais refletiam sobre as populações negras e suas crenças preocupados com um *projeto de nação*, a classe médica estava envolvida numa batalha contra a crescente concorrência que lhes prestavam os “curandeiros” e “feiticeiros” em geral. Dois protótipos de acusação aos cultos de matriz

⁴¹² Sobre as estratégias de branqueamento e as hierarquias raciais construídas nas políticas de imigração, ver o trabalho de Seyferth (1996).

africana surgiriam: o de exercício ilegal de medicina; o de lócus de “não saúde mental”, categoria adotada preferencialmente pelos psiquiatras (Corrêa, 1998; Dantas, 1988)

Contudo, na medida em que se observou o efetivo crescimento de adeptos dos cultos de matriz africana, sobretudo a partir da emergência da Umbanda nas décadas de 1950 e 1960 (Negrão, 1996), as contendidas passaram a compor disputas acirradas no interior do campo religioso. Corrêa (1998) afirma que a Igreja Católica, com sua hegemonia ameaçada pelo crescimento de cultos mediúnicos e valendo-se de sua condição de religião de elite, acabou influenciando as atitudes persecutórias até mesmo acionando diretamente o Estado no sentido de enviar a polícia aos templos. Essa atividade repressiva crescerá na década de 1950, e Ortiz (1978) observa que a própria CNBB lançou a “Campanha Nacional contra a Heresia Espírita”, ativada com base em publicações orientadas a esclarecer a comunidade católica em relação aos cultos afro-umbandistas. Tais publicações visaram, sobretudo, uma abordagem “desmistificadora”, fundamentalmente em relação aos fatos da possessão, recorrendo à psicologia do transe Freudiano e às concepções sobre os transtornos histéricos (Oro, 1999).

Cabe retomar algumas perspectivas relacionadas à amplificação dessas representações repressivas na sociedade envolvente através da imprensa burguesa. Negrão (1996) investigou editoriais relacionados com o tema religiões afro-brasileiras a partir do ano de 1854, e as matérias compiladas demonstram-se permeadas por construções estigmatizadoras. Para o autor, tal contexto estimulou a ação violenta por parte da polícia, o que resultou na invasão de templos, prisões, espancamentos, apreensão de objetos sagrados e humilhações de diversos tipos. Em relação à mídia do período, Ortiz descreve que “é sobretudo a idéia de ignorância, de barbarismo, de atraso, não civilização, enfim, de negro, que domina a maioria das críticas, seja de Igreja ou da grande imprensa, contra os cultos da Macumba e da Umbanda” (Ortiz, 1978, p. 181). Em uma síntese proposta por esse autor, os textos exprimem a oposição entre a “civilização” e a “barbárie”; a “ciência” e a “superstição”; o branco em oposição ao negro.

Nos dias atuais, as ações repressivas que operam de forma mais efetiva contra as religiões afro-brasileiras encontram-se, novamente, articuladas junto às contendidas do campo religioso. Segundo os trabalhos de Oro (1997) e Silva (2005), a disputa travada entre as religiões neopentecostais e afro-brasileiras, deflagrada de forma contundente por parte da

Igreja Universal do Reino de Deus, constitui o mais dramático processo difamatório enfrentado pelas religiões de matriz africana nos últimos anos. A construção de representações negativas por parte de Igrejas como a Universal ainda encontra poderosos canais de disseminação, com base no recurso do agendamento midiático do qual dispõem àquelas instituições. Finalmente, também se observam na atualidade diversas propostas legislativas, incidentes diretamente sobre o universo dos terreiros, cuja autoria decorre de parlamentares que compõem a famosa bancada evangélica⁴¹³.

NOVOS ATORES AFRICANISTAS: NEGOCIAÇÕES DE REALIDADE NA ESFERA PÚBLICA

Conforme antecipado acima, desde os estudos realizados entre os anos de 1970 e 1980, os mecanismos institucionais e órgãos federativos ligados ao campo afro-religioso não têm recebido maior atenção acadêmica. Cabe ressaltar que é justamente nessas coletividades que se encontram os principais artifícios de negociação colocados em prática pelos segmentos religiosos afro-brasileiros, tanto em seus aspectos *morfológicos*, no que concerne aos canais de representação e participação política, quanto em termos *simbólicos*, relativos às construções identitárias que organizam as experiências sócio-políticas vivenciadas na arena pública. Desse modo, supõe-se que uma análise dessas coletividades não apenas atenda a uma lacuna nos estudos sobre essas práticas religiosas, como também propicie uma compreensão mais acurada acerca das dinâmicas políticas atuais que concernem aos atores ligados ao campo afro. Historicamente, os processos de mediação entre o universo dos terreiros e a sociedade envolvente têm sido articulados a partir de formatos associativos cuja ação é operacionalizada mediante determinadas lógicas de ação política e diferentes construções discursivas. As federações, congregações, conselhos e outras modalidades associativas constituem os principais atores coletivos desses segmentos, através dos quais suas demandas reivindicativas têm sido configuradas. Compreende-se que as realidades empíricas disponíveis no Rio Grande do Sul sejam elucidativas a esse respeito, pois nessa localidade não apenas são

⁴¹³ Um bom exemplo dessas contendas pode ser avaliado no episódio da “polêmica do sacrifício de animais”, ocorrido no Rio Grande do Sul, em que um projeto de Lei estadual de autoria de um parlamentar evangélico visou proibir a imolação de animais em ritos afro-brasileiros. Sobre o episódio, ver Oro (2005).

encontrados os formatos tradicionais desses atores, encontrados noutras regiões do país, como ainda certas modalidades alternativas que emergiram nos últimos anos. Com base na recuperação do histórico das entidades associativas ligadas às religiões afro-brasileiras do sul, três tipologias podem ser percebidas, revelando um trânsito de perspectivas nas formas de institucionalização da atividade de representação política e construção identitária.

A primeira tipologia se refere aos modelos federativos tradicionais, que visavam a unificação e a organização das unidades de culto, cujas rivalidades endógenas necessitavam de mediação para a obtenção de representatividade social. Em geral, essas entidades nascem visando substituir o trabalho de “fiscalização” exercido anteriormente pela polícia, com base numa autoridade atribuída de acordo com o jogo político vigente, estabelecendo-se relações nas quais as federações se configuraram como elemento de mediação entre os terreiros e a sociedade envolvente, respondendo pelos primeiros e ao mesmo tempo impondo a eles certas *normatizações*. O sistema de reciprocidade estabelecido entre as unidades de culto e federação baseia-se, até hoje, na concessão de *certificados* expedidos como comprovação de filiação dos terreiros, concedidos a partir da inspeção e avaliação do culto praticado por parte de conselhos de sacerdotes especializados. No entanto, essas entidades jamais conseguiram sucesso nos empreendimentos de unificação diretiva e teológica, conforme já observaram Brumana e Martinez (1991). Isso se deve a características como o poder personificado e intransferível do líder religioso de cada terreiro, exclusivo mandatário de seu templo e, dessa forma, pouco afeito às determinações institucionais. Em outro sentido, a partir dos processos de democratização e das novas legislações constitucionais que garantiram a liberdade de culto no país, as entidades federativas perderam espaço e poder sobre o campo dos terreiros, que antes observavam nas mesmas uma proteção indispensável. No que se refere a suas lógicas de ação política observam-se projetos de burocratização das experiências religiosas – como serviços de registro de templos em cartório, normatização das atividades litúrgicas, além de construções teológicas e identitárias que visam suavizar as relações tensas com a sociedade envolvente: a aproximação com o conceito tradicional de “religião” é central nesses empreendimentos, muitas vezes valendo-se da lógica do *branqueamento* de concepções básicas das cosmologias de matriz africana. Assim, incorpora-se uma ética similar às

prerrogativas morais do cristianismo (introduzidas no campo afro através da Umbanda e de sua influência ligada ao Kardecismo), bem como as definições teológicas que propõem abolir a sacralização de animais ou o toque de tambores. Em síntese, observam-se tentativas de legitimação baseadas na burocratização das relações religiosas, que intentam aproximações com as lógicas de legitimidade socialmente hegemônicas na sociedade envolvente.

A segunda tipologia emerge a partir da contrariedade em relação a essas entidades mais antigas (burocráticas), e corresponde a um sistema de organização coletiva de caráter *transitório*, concebido como tipologia situada entre o primeiro modelo e as alternativas que emergem mais recentemente. Trata-se de associações de caráter eminentemente político e *combativo*, apresentando similaridades com as atividades reivindicativas típicas dos movimentos sociais articulados em torno de demandas por reconhecimento de especificidades culturais. Pode-se compreender o surgimento da Congregação em Defesa das Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul (CEDRAB – RS), no ano de 2003, como uma espécie de marco na reformulação do campo institucional afro-gaúcho, através do qual se engendraram novas posturas e métodos de institucionalização das ações políticas. A proposta de fundação da entidade parte dos círculos de sociabilidade próprios do cotidiano religioso e possui influência decisiva de indivíduos que integravam o Movimento Negro Gaúcho. É justamente nessa aproximação que se projetam as bases de orientação para as ações coletivas empreendidas, tanto em seus aspectos formais quanto simbólico/identitários. No primeiro caso, fora a partir da inspiração das metodologias do MNU que se desenvolvem projetos de organização de seminários, mobilizações urbanas e ações judiciais a serem impetradas em ocorrências conflituosas que envolvam o segmento africanista. No plano discursivo, a proposta identitária que passa a articular as demandas e as lógicas de unificação coletiva se conecta aos processos de recuperação de uma identidade afro-descendente, tanto numa acepção étnico-racializada (como pertença às populações socialmente discriminadas), quanto no plano das codificações teológicas, que obedecem aos procedimentos de desincretização ritual - nos termos da reafricanização das religiões afro-brasileiras (Silva, 1995).

A tipologia final refere-se a metodologias associativas estruturadas como fóruns, grupos de discussão e ações de reivindicação, as quais participam diretamente em canais de

discussão e implementação de políticas públicas, em estratégias de organização muito próximas da configuração das organizações não governamentais contemporâneas (ONGs). Aqui, trata-se especificamente do grupo denominado Fórum das Comunidades de Terreiro do Rio Grande do Sul, que parece exemplificar de maneira assertiva a atual dinâmica de constituição dos atores sociopolíticos ligados às religiões afro-brasileiras.

Basicamente, além da atividade política intensa, como o lançamento de candidaturas voltadas a pleitos eleitorais, o grupo baseia-se em estratégias concretas de ocupação de espaços no desenvolvimento e nos processos de execução de políticas públicas. Os líderes mantêm geralmente alguma filiação partidária, apresentando longas trajetórias políticas e a participação em outras mobilizações coletivas urbanas. O Fórum surge no ano de 2005 e se denota basicamente como um grupo de discussão e ações político-reivindicativas, composto por babalorixás e yalorixás gaúchos que, entre outras ações relacionadas às estratégias de legitimação das religiões afro-umbandistas, promove a gestão de recursos obtidos junto ao Governo Federal. Tais recursos têm origem no MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), sendo distribuídos pela SEPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), e a partir de 2004, em decorrência do projeto de Lei que categorizou os terreiros de matriz africana como comunidades tradicionais, os mesmos benefícios puderam ser gestados pelas unidades de culto e líderes africanistas⁴¹⁴. A distribuição dos benefícios no Rio Grande do Sul foi confiada à yalorixá gaúcha Vera Soares de Yansã, que ocupa desde 2003 uma cadeira no CNPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial). A partir de então, como metodologia para a distribuição das 800 cestas básicas advindas do programa, foi desenvolvido o projeto do Fórum de religiosos, de caráter permanente, no qual os terreiros cadastrados apresentam como contrapartida para participar do programa o comparecimento nas reuniões do grupo. Atualmente, cerca de dois mil terreiros gaúchos perfazem o cadastro de participantes do grupo. Atuando em formato de rede, o fórum central repassa as cestas básicas a determinados terreiros que funcionam como micro-fóruns. Aliado a esse processo, o

⁴¹⁴ Naquele ano, o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. O projeto tem por objetivo estabelecer a política nacional de desenvolvimento sustentável dessas comunidades, fornecendo apoio às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das mesmas.

grupo realiza reuniões semanais com intenção de avaliar as tensões que atualmente incidem sobre as comunidades de terreiro, sobretudo aquelas relacionadas ao sistemático ataque efetuado pelas Igrejas neopentecostais. A busca por representatividade em outros fóruns e espaços de discussão de políticas públicas é constante, e a efetividade nestes processos é obtida a partir da ocupação de cadeiras em conselhos e na eleição de delegados em diversas conferências. Verificam-se iniciativas que visam tomar a frente nos processos seinais de construção democrática, projetando uma busca por inserção e representatividade na gênese das políticas sociais. Aliam-se a essas premissas a orientação reivindicativa e de combate frente às situações conflitivas com a sociedade envolvente, bem como a insistente proposta eleitoral para o legislativo Municipal de Porto Alegre. A fundamentação estratégica de reivindicação e ocupação de espaços públicos centra-se em uma política de auto-atribuição racial típica, reaproximando terreiros de suas simbologias originárias a partir de processos contínuos de reetnização simbólica.

NOTAS FINAIS

Se as tensões sociais que pairam sobre o universo dos terreiros afro-brasileiros são atualmente reeditadas através da repressão exercida por setores do pentecostalismo, as três tipologias de ação política aqui apresentadas sinalizam a dinâmica das negociações de realidade empreendidas pelos segmentos afro-religiosos em suas incursões na esfera pública. A partir do avanço de perspectivas mais pluralistas e da possibilidade de inserção de demandas de reconhecimento na agenda política, novos formatos de ação e novas possibilidades de identificação ganham espaço. Desse modo, é com base numa identidade *reafricanizada* que se organizam as experiências coletivas de reivindicação. Do ponto de vista estratégico, tais perspectivas ainda enquadram as religiosidades afro junto às demandas de restituição social direcionadas às populações historicamente marginalizadas. O que se denota como pertinente trata de uma aproximação desses atores com uma política de minoria vinculada às demandas por ações afirmativas, voltadas para as populações negras e, em consequência, para as comunidades de terreiro. Contudo, além dessas lógicas identitárias, o suporte formal para tais identificações ganha contornos bem mais complexos e próximos às

formas de organização e mobilização política observadas nos atores sociais contemporâneos, tais como as emergentes organizações não governamentais e as coletividades estruturadas em redes. A busca por representatividade deixa de se orientar somente em bases reivindicativas, passando a postular uma participação ativa nos espaços discussão e decisão política, bem como na possibilidade de gestão dos recursos pleiteados. O que se projeta como evidência empírica é a utilização desses canais pelos segmentos religiosos afro-brasileiros, acrescentando aos empreendimentos de negociação social alvitados pelos adeptos dessas práticas novas possibilidades de inserção na esfera pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, Diana. 1994. *Umbanda: Religion and Politics in Urban Brazil*. New York: Columbia University Press.
- BRUMANA, Fernando Giobelina; MARTÍNEZ, Elda Gonzáles. 1991. *Marginália Sagrada*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- CORRÊA, Norton Figueiredo. 1998. *Sob o signo da ameaça: conflito, poder e feitiço na religiões afro-brasileiras*. São Paulo, Tese de Doutorado em Antropologia, PUC/SP.
- DANTAS, Beatriz Góis. 1988. *Pureza e Poder no Mundo dos Candomblés*. In: MOURA, E., M. (Org.). *Candomblé: desvendando identidades*, São Paulo, EMW Editores, pp. 15-20.
- GUEDES, Simoni Lahud. 1985. *Umbanda e Loucura*. In: VELHO, Gilberto. (Org.). *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 82-98.
- MAGGIE, Yvonne. 1992. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- MARIZ, Cecília Loreto. 2000. *Uma Análise Sociológica das Religiões no Brasil*. *Cadernos Adenauer*, n. 9, pp. 33-52.
- NEGRÃO, Lísias. 1996. *Entre a Cruz e a Encruzilhada: Formação do Campo Umbandista em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- ORO, Ari Pedro. 2005. *O Sacrifício de animais nas religiões afro-brasileiras: análise de uma polêmica recente no Rio Grande do Sul*. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 25, pp. 11-31.

- ORO, Ari Pedro. 1999. Axé Mercosul: As Religiões Afro-brasileiras Nos Países do Prata. Petrópolis: Vozes.
- ORO, Ari Pedro. 1997. Neopentecostais e Afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? In: Debates do NER, Porto Alegre, ano 1, n.1, Nov., pp. 10-36.
- ORTIZ, Renato. 1985. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. 1978. A morte branca do feiticeiro negro: umbanda. Petrópolis: Vozes.
- POSSEBON, Roberta Mottim. 2007. A reação das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul: conflitos com neopentecostais e defensores dos animais. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC/RS.
- PRANDI, Reginaldo. 1991. Os Candomblés de São Paulo. São Paulo: Hucitec – Edusp.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. 1935. O animismo fetichista dos negros baianos. Rio de Janeiro: Biliotheca de Divulgação Científica – Civilização Brasileira S.A.
- RAMOS, Arthur. 1951. O negro brasileiro: etnografia religiosa. São Paulo: Nacional.
- RAMOS, Arthur. 1946. As culturas negras no novo mundo. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- SEYFERTH, Giralda. 1996. Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. IN: MAIO, M. C.; VENTURA, R. (Orgs.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro : Fiocruz e Centro Cultural do Banco do Brasil, pp. 41-58.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. 1995. Orixás da Metrópole. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. 2007. Neopentecostalismo e Religiões Afro-Brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. Mana, volume 13, n. 1, pp. 207-236.